

Há na lei referências evitando as intervenções que causem algum tipo de violência obstétrica.

Resumidamente, o parto humanizado é um parto que não é industrial. O Rio é campeão mundial de cesarianas.

É claro que em certas circunstâncias, a cesariana é inevitável. Só que por razões comerciais, muitas vezes, comodismo ou falta de informação, o Brasil é campeão mundial de cesarianas que são intervenções caras e que podem, muitas vezes, causar infecções, problemas resultantes da própria intervenção médica.

O parto é o natural, é a vida, é a produção da vida, é um momento amoroso, é um momento lindo. Então, ele deve ser planejado com todo o carinho, com toda a assistência para ser exatamente assim: ter o mínimo de intervenção cirúrgica, a não ser as indispensáveis, o mínimo de infecções resultantes da própria intervenção, muitas vezes, desnecessária.

É este o Projeto que foi aprovado, a minha declaração é de agradecimento a todas e a todos que viabilizaram essa aprovação, inclusive ao Deputado Márcio Pacheco, que fez o parecer da Comissão de Constituição e Justiça; à Enfermeira Rejane, que fez o parecer na Comissão da Mulheres; e ao Presidente André Ceciliano, que o colocou rapidamente em pauta.

O Projeto é de 2018 e nesse momento vai ser um aliado importante na luta das mulheres.

Obrigado a todas e todos. Boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Enfermeira Rejane) - Boa noite, Deputado Carlos Minc.

Tem a palavra, para declaração de voto, a Deputada Mônica Francisco. Voltou? Não?

Tem a palavra, para declaração de voto, a Deputada Rosane Felix.

Até há pouco tempo, vi a Deputada Rosane Felix. Deputada Rosane Felix? Não?

A última Deputada inscrita sou eu.

Eu me inscrevi para declarar voto e quero dizer da importância da data do dia 8 de março nesta Casa.

Quero aproveitar para parabenizar o Presidente, Deputado André Ceciliano, porque, desde que ele assumiu esta Casa, temos conseguido fazer uma pauta temática no plenário: no mês das Mulheres pautamos projetos de lei que têm dificuldade de tramitar nesta Casa. Sabemos que vários projetos ficam parados em comissões, que muitos deles são pautas polêmicas. Precisamos dessas pautas temáticas para que esses projetos avancem.

Já há alguns anos a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher tem aproveitado a direção do Deputado André Ceciliano como Presidente desta Casa, que prontamente coloca em pauta projetos de mulheres em julho, sobre as questões LGBTQIA+. Conseguimos avançar em projetos que às vezes têm muita dificuldade.

É necessário também que tragamos à pauta leis que já foram aprovadas e que não estão sendo cumpridas, como falou aqui a Deputada Alana. Ela aprovou uma lei, que foi sancionada pelo Governador, mas vemos que na prática muitas leis não são efetivadas, não são cumpridas.

A CDDM, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, fará este ano um trabalho em conjunto com a Comissão do Cumpra-se. É necessário que façamos um levantamento dessas legislações que não estão sendo cumpridas no Estado do Rio de Janeiro para que possamos avançar no debate e nos direitos das mulheres. Sabe que muitos dos problemas passam por conta das crises no Estado do Rio de Janeiro, onde há uma crise econômica sem precedente; uma crise social como consequência da crise econômica sem precedente e crises políticas cíclicas, que fazem com que alguns direitos das mulheres sejam reduzidos, sejam menosprezados e colocados em segundo plano.

Cito aqui a questão dos equipamentos públicos de abrigo das mulheres que já estavam passando por muita dificuldade. Esses equipamentos são de responsabilidade do Estado, e muitos deles estão com as portas fechadas. Com a pandemia isso se agravou. Houve consequências seriíssimas em relação a esses equipamentos, e também reflexos da pandemia, que muitos já colocaram aqui, como a questão do triplo vínculo da responsabilidade que essas mulheres estão assumindo: responsabilidade do cuidado com os idosos, responsabilidade com a educação e formação dos filhos, uma vez que não estão frequentando as escolas.

Então, isso tudo está repercutindo muito mais nas mulheres do que em qualquer outro segmento. Repercutiu também a questão das demissões, da redução de salário, das condições de trabalho, haja vista a situação dos profissionais também da área da saúde. A Enfermagem é uma área eminentemente feminina, mas há muitas mulheres trabalhando na saúde em geral, no cuidar da saúde da população, que se depararam com a falta de equipamentos individuais, com as condições precárias de trabalho, com a falta de salário.

Então, a pandemia agravou a situação das mulheres de uma tal forma, que precisamos que essas pautas temáticas, que essas legislações sejam aprovadas. Precisamos da celeridade desta Casa. Nós não podemos ter aqui, como tivemos hoje, um debate de uma CPI que aconteceu um ano atrás e só agora que conseguimos ver os projetos tramitando. É óbvio que tem vários problemas. A própria Casa teve problemas com a tramitação, com a celeridade. Mas precisamos que aconteçam mais essas pautas temáticas.

Então, para terminar, eu quero falar que precisamos estar sempre vigilantes. Nós precisamos estar sempre na resistência, nós precisamos estar sempre alertas. Nós, mulheres, somos minorias dentro dos espaços de poder, mas somos minorias que fazem a diferença. Minorias que trabalham, minorias que dão voz a toda uma sociedade lá fora e que precisa dessa nossa resistência, para avançar em pautas concretas para nós mulheres, para acabar com a violência obstétrica, violência doméstica, discriminação. Precisamos de igualdade, igualdade de gênero. E é isso que estamos fazendo dentro desta Casa.

Então, parabéns. Viva o 8 de março! Obrigada, Deputado democrático, como diz o Deputado Carlos Minc, André Ceciliano, por conseguir avançar nessas pautas que são fundamentais para todas as mulheres do Estado do Rio de Janeiro. Então, está encerrada a Sessão e eu agradeço a todos vocês que ficaram conosco até agora.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h30min)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS: ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; ENFERMEIRA REJANE, A CONVITE

RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES PRESENTES NA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2021

Adriana Balthazar, Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Corrêa, André Ceciliano, Átila Nunes, Bebeto, Brazão, Carlos Macedo, Carlos Minc, Célia Jordão, Charles Batista, Chico Machado, Chiquinho da Mangureira, Coronel Salema, Dani Monteiro, Dannel Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodato, Eliomar Coelho, Elton Cristo, Enfermeira Rejane, Eurico Júnior, Fábio Silva, Felipe Peixoto, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovani Ratinho, Gustavo Schmidt, Jair Bittencourt, Léio Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleireiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcos Muller, Marcus Vinícius, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Noel de Carvalho, Pedro Ricardo, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rodrigo Bacellar, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Rubens Bomtempo, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Subtenente Bernardo, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Wellington José, Zeidan

**EMENDAS DE PLENÁRIO, EM REGIME DE URGÊNCIA, EM DISCUSSÃO ÚNICA, AO PROJETO DE LEI Nº 1644/2019, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 05/2019.**

#### ADITIVA Nº 01

Acrescente-se o Art. 5º-A:

Art. 5º-A - O Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica deverá convidar instituições, organizações dos movimentos sociais alusivos ao tema e especialistas de notório saber para compor seu corpo consultivo, contendo até 10 representantes, sendo sua composição renovável a cada dois anos, indicados entre os membros do Grupo de Trabalho.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2021.

Deputados CARLOS MINC, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

#### MODIFICATIVA Nº 02

Modifica-se o Art. 3º e o parágrafo 1º, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - O Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica será composto por 4 membros, todos com notório conhecimento, libada reputação, atuação e experiência na defesa, garantia ou promoção dos direitos das mulheres.

§1º O Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica será composto por:

I - um representante indicado pela Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

II - um representante indicado pela presidência da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; e

III - um representante indicado pela presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

IV - um representante indicado pela presidência da Comissão Permanente de Combate às Discriminações e Preconceitos de Cor, Raça, Etnia, Religião e Procedência Nacional.

§ 2º Os representantes mencionados nos incisos I, II, III e IV do parágrafo anterior deverão ser, preferencialmente, assessores parlamentares lotados nas referidas comissões.

§ 3º A composição do Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica será, preferencialmente, de caráter multidisciplinar e buscar o equilíbrio de gênero e representação adequada de grupos étnicos e minorias do Estado do Rio de Janeiro.

§ 4º A função de membro do Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2021.

Deputados CARLOS MINC, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

#### ADITIVA Nº 03

Modifique-se o parágrafo único do artigo 2º, que passa a versar com a seguinte redação:

Parágrafo único- Para efeitos da presente Lei, considera-se violência obstétrica todo ato praticado pelos profissionais de saúde que agrida, de forma verbal, física ou emocional, as mulheres gestantes no pré-parto, parto, no pós-parto ou em processo de aborto.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de Março de 2019.

Deputados MÁRCIO GUALBERTO, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

#### MODIFICATIVA Nº 04

Modifique-se o artigo 2º, que passa a versar com a seguinte redação:

ART. 2º - Caracteriza-se a violência obstétrica como o tratamento desumano, práticas ou condutas médicas não consentidas, que sejam desnecessárias, sem respaldo científico ou que não respeitem o ritmo natural e saudável do desenvolvimento do parto.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2021.

Deputados MÁRCIO GUALBERTO, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

#### ADITIVA Nº 05

Adicione-se parágrafo 2º ao artigo 2º com a seguinte redação:

§ 2º - Para efeitos desta lei, excluem-se das previsões do parágrafo anterior toda e qualquer orientação ou aconselhamento em defesa da vida na forma do Pacto de San José da Costa Rica.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2019.

Deputados MÁRCIO GUALBERTO, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

#### MODIFICATIVA Nº 06

Modifique-se o Art. 6º, que passa ter a seguinte redação:

Art. 6º O Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica fica vinculado à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2021.

Deputados ALEXANDRE FREITAS, ADRIANA BALTHAZAR, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

#### SUPRESSIVA Nº 07

Suprima-se o Parágrafo único do Art. 6º.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2021.

Deputados ALEXANDRE FREITAS, ADRIANA BALTHAZAR, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

#### MODIFICATIVA Nº 08

Modifique-se o §5º do Art. 4º, que passa ter a seguinte redação:

“§ 5º As denúncias ao Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica deverão ser feitas através do número telefônico do 'SOS MULHER' - 0800 282-0119.”

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2021.

Deputados ALEXANDRE FREITAS, ADRIANA BALTHAZAR, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

Id: 2302416

lho - Presidente, agradeceu a sua eleição para o cargo, e informou que a direção desta Comissão será norteada pelos princípios da ética e da democracia, ressaltando o trabalho que a Comissão vem desenvolvendo desde 2019, quando assumiu a Presidência, realizando escutas à sociedade civil, agentes e gestores culturais, para isso fazendo reuniões em todas as dez regiões do Estado e inúmeras audiências públicas na ALERJ, sendo a primeira vez que a Comissão foi para o interior de maneira estruturada, e a partir dessas escutas produzindo o nosso relatório final de 2019, o Painel da Cultura Fluminense, elogiado por ser bem consistente, acrescentando que a nova Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros, disse mais de uma vez que é como um livro de cabeceira, sendo utilizado como referência em vários desdobramentos como o primeiro edital via Fundo Estadual de Cultura, o Cultura Presente nas Redes, e já em 2020, visando atenuar os danos da pandemia no setor, um conselho de cultura mais representativo etc. Continuando, Senhor Presidente afirmou que com o início da Pandemia, fomos incansáveis no apoio aos trabalhadores da cultura elaborando projetos afins, que resultaram em leis - que por sua vez inspiraram os editais da Lei Emergencial de Cultura Aldir Blanc no RJ - e acompanhamos de perto as ações da SECEC. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente informou que para os próximos dois anos pretende seguir buscando soluções para crise do Estado, sempre pontuando que a Cultura é um fator potencial de desenvolvimento do Rio de Janeiro e reduzir as desigualdades culturais, seja pelo lado do direito e da cidadania, seja pelo lado do acesso à produção e a própria formação técnica. Lembrou que as prioridades são aquelas decorrentes das escutas de 2019: - Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura; - Programa de formação em gestão cultural - com foco nos municípios - e formação artística para os jovens e demais interessados; - Apoio às culturas populares, afro brasileiras, indígenas e demais comunidades tradicionais. Em seguida, Sua Excelência apresentará, para a próxima reunião, o plano de trabalho de 2021 já destacando dois pontos: Elaboração de cartilha da política cultural para municiar os gestores e vereadores e fazedores dos municípios, em um material denso, mas ao mesmo tempo leve, com apoio técnico de profissionais de quadros, por exemplo; e, Construção junto com a Diretoria de Cultura da ALERJ, instituições de ensino, pesquisa, museologia etc, uma agenda conjunta de eventos de homenagem e reflexão sobre os centenários da Semana de 22 e da Exposição Internacional pelo centenário da Independência, dois eventos realizados, respectivamente em SP e no RJ e que marcam o movimento modernista, destacando que discutir os legados do modernismo e da modernidade também é parte de pensar o nosso desenvolvimento humano, ético, cultural e econômico. Continuando, Sua Excelência franqueou a palavra aos Deputados presentes, quando se manifestaram amplamente os Senhores Deputados Waldeck Carneiro - Vice-Presidente, Luiz Paulo, Carlos Minc e Dani Monteiro, sendo solicitado pelo Deputado Luiz Paulo que o Plano de Trabalho seja encaminhado aos Deputados membros da Comissão setenta e duas horas antes da reunião em que será apresentado. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente propôs que as Reuniões Ordinárias sejam realizadas às terças-feiras, às quatorze horas, o que foi aceito por todos. A seguir, Sua Excelência comunicou a permanência do servidor Haroldo Motta Lima Leão de Aquino, funcionário da Alerj, matrícula 201.597-2, como Secretário desta Comissão. Concluindo, nada mais havendo a tratar, Sua Excelência suspendeu a reunião para que eu, Haroldo Motta Lima Leão de Aquino, Secretário, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que em seguida encerrou a reunião. Sala das Comissões, em nove de março de dois mil e vinte e um. (a) Haroldo M. L. L. de Aquino - Secretário; Deputado Eliomar Coelho - Presidente.

#### COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

##### ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, por meios eletrônicos, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a presença dos Senhores Deputados Waldeck Carneiro (PT), Rubens Bomtempo (PSB), Dani Monteiro (PSOL) e Dionísio Lins (PP). Respaldo no artigo 35 do Regimento Interno, assumiu a presidência da reunião o senhor Deputado Dionísio Lins, que declarou haver número legal, procedeu à leitura do edital de convocação, fez uma breve preleção elogiando os parlamentares que compõem a Comissão, conforme o ato da Presidência "E"/GP/nº 11/2021, publicado em 05.03.2021, e registrou os nomes indicados a presidente e vice-presidente do órgão. Foram indicados para os cargos, respectivamente, os Senhores Deputados Waldeck Carneiro (PT) e Rubens Bomtempo (PSB). Com a palavra, o Senhor Deputado Rubens Bomtempo afirmou que o estado deve buscar uma construção coletiva das pautas, falou de sua experiência na Prefeitura do Município de Petrópolis com a implantação do Pólo Tecnológico, e sugeriu analisar o orçamento de 2021 e execução (do ano de 2020) da pasta, e quais as prioridades. O Senhor Deputado Dionísio Lins, após colhidos os votos, confirmados e declarados eleitos presidente e vice-presidente, passou a direção dos trabalhos ao Senhor Deputado Waldeck Carneiro. Com a palavra, o Senhor presidente eleito agradeceu a condução do Deputado Dionísio e o apoio da assessoria, afirmou aceitar com alegria o voto de seus pares, e discorreu sobre as parcerias realizadas com a Comissão de Educação, presidida pelo Senhor Deputado Flavio Serafini, também membro suplente e atuante da Comissão de Ciência e Tecnologia, com a comunidade de pesquisadores, assim como com órgãos como a FAETEC, FAPERJ, CEPERJ, FIOCRUZ, Institutos Federais, Universidades, entre outros. O Senhor Presidente reforçou a proposta de análise das contas orçamentárias, cumprimentou o Senhor Deputado Rubens Bomtempo, Vice-Presidente eleito, e elogiou a participação ativa da ALERJ na construção da agenda da ciência e inovação no estado do Rio de Janeiro. O Senhor Presidente registrou que a Comissão realizará suas reuniões às terças-feiras, de forma remota, às 09h, e 09h30, quando do retorno das atividades presenciais, e convocou a primeira reunião ordinária para o dia 16 de março próximo. Em seguida, franqueou a palavra e, não havendo quem dela quisesse fazer uso, deu por encerrada a reunião, cuja ata vai assinada pelo secretário e pelo Senhor Presidente. Sala virtual das Comissões, em nove de março de dois mil e vinte e um. Marcelo Catarino Lima, Secretário; Deputado Waldeck Carneiro, Presidente.

#### COMISSÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL

##### ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dez dias de março de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, no Auditório Senador Nelson Carneiro, no Palácio Vinte e Três de Julho, Anexo do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão de Saneamento Ambiental, sob a Presidência da Senhora Deputada LUCINHA, Vice-Presidente no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Deputado CARLO CAIADO, membro desta comissão técnica, para a realização da segunda Audiência Pública, conforme Edital publicado, com a seguinte ordem do dia: Saneamento básico na AP-5 e Renovação do Contrato de Execução de obras de ampliação do sistema de abastecimento de água da Zona Oeste. Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e convidou para compor a mesa, os senhores André Cruzeiro, da CE-DAE; Isabella Peralta Vaz, da AGENERSA; Maurício Vinagre Maia, do TCE; Tatiana Matos e Cláudio Dutra, da Fundação Rio-Águas, e Sinalv Andrade, da concessionária Zona Oeste Mais Saneamento. Em seguida, fez uma introdução ao tema, com um breve histórico da luta política, travada por ela enquanto Deputada e pelo Deputado Carlo Caiado quando ainda era Vereador, pelas obras de adução e construção de reservatórios, uma obra importante para a Zona Oeste, para melhoria da qualidade da água e do abastecimento para aquela população, com recurso já liberado pelo Governo Federal, mas não executada, o que acarreta em uma situação grave de falta de acesso à água, em diversos bairros da Zona Oeste, especialmente Guaratiba. Finda sua apresentação, a Senhora Presidente em exercício franqueou a palavra ao Deputado Carlo Caiado, para suas considerações iniciais, após o que passaram os Senhores Deputados a apresentar